DISP Nº 90047/24
DATA: 16/09/24

PROTOCOLO GERAL

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(BRIGA DAS MISSÕES)

ASSUNTO: Dispensa de licitação

SEÇÃO – SALC

ANO: 2024

INTERESSADO: BANDA DE MÚSICA

Assunto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA BANDA DE MÚSICA

ANEXOS: UM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTENDO 52 FOLHAS

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1. SALC		19.	
2.		20.	
3.		21.	
4.		22.	
5.		23.	
6.		24.	
7.		25.	
8.		26.	
9.		27.	
10.		28.	
11.		29.	
12.		30.	
13.		31.	
14.		32.	
15.		33.	
16.		34.	
17.		35.	
18.		36.	

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

ÍNDICE

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 64371.000640/2024-60
(Aquisição de material permanente Banda de Música)

Documentos	Folha
Check List — Contratação direta pequeno valor - AGU	
Termo de Abertura de Licitação	
Requisição nº ___ -SFPC/Cmdo16ª Bda, de ___de _____ de 2024	
Justificativa	
Pesquisa de mercado	
Mapa comparativo de preços	
Nota de crédito	
Proposta de preços	
Habilitação: - SICAF - CEIS - CNJ - TCU - CADIN	
Declaração	
Cotação eletrônica nº _____/24	
Autorização para contratação direta	
Nota de Empenho	
Termo de encerramento	

LISTAS DE VERIFICAÇÃO

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS Obs: essa lista refere-se a serviços comuns, excluindo-se contratação de solução de TI e serviços de engenharia	ESTADO S/N/ N.A.
Houve abertura de processo administrativo?	
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	
Consta documento de formalização de demanda?	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano Anual de Contratações?	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	
Há Estudo Técnico Preliminar?	
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	
Há Análise de Riscos?	
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?	
Há termo de referência?	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[i]	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?	
Houve a autorização da autoridade competente?	
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	ESTADO S/N/N.A.
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021?	
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?	
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	ESTADO S / N / N.A.
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?	
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?	

i

Fl. nº 01

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

BANDA DE MÚSICA

TERMO DE ABERTURA

Ao terceiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Tefé-AM, no quartel da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, faço a abertura dos trabalhos atinentes à aquisição de material permanente (Bombo e Pratos), a fim de atender as necessidades da Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva.

[redacted] – 1º Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 02

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Processo nº: **64371.000640/2024-60**
Dispensa de Licitação nº: **___/2024**

ÓRGÃO: 16ª Brigada de Infantaria de Selva – UASG 160537	
Setor Requisitante: S4 Cia C/16ª Bda Inf Sl	
Responsável pela demanda: RAIMUNDO MÁRIO DE JESUS – 1º Ten	**CPF: 579.848.676-15**
E-mail: rmariodejesus@yahoo.com.br	**Tel:** (31) 99246-9389

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de materiais por dispensa de licitação está prevista na lei 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos no Brasil. O Art 75, Inciso II desta lei permite a contratação de bens e serviços de valor de até R$100.000,00 para obras e serviços de engenharia e até R$50.000,00 para outros serviços e compras, desde que tais contratações sejam realizadas com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando a urgência desta UG, a aquisição de Pratos e Bombos é de suma importância, pois a ausência do material pode comprometer a continuidade das atividades de tocatas internas e externas da Banda de Música, causando prejuízos para o cumprimento das diversas missões diárias. Cabe salientar que esta UG não possui ata de pregão vigente e não tem participação em ata de pregão de outra UG, além do processo em pauta se tratar de contratação de materiais específicos e de grande importância para atender as necessidades deste Grande Comando.

2. QUANTIDADE DE MATERIAL A SER ADQUIRIDO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT
1	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	Par	1
2	Bombo Marcial de 22". Equivalente a RMV ou superior.	Und	3

Os quantitativos estimados para esta contratação são resultantes do levantamento de necessidades desta Grande Unidade.

3. PREVISÃO DE DATA PARA ENTREGA DO MATERIAL

Os materiais deverão ser entregues na 16º Bda Inf Sl

4. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO MATERIAL

Será designado quando da assinatura do contrato.

Quartel em Tefé-AM, 08 de agosto de 2024.

Fl. nº 03

[redacted] – 1º Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Aprovo a presente Formalização da Demanda, por satisfazer os requisitos atinentes ao objeto solicitado e conforme documentos inclusos no processo, bem como por atender as exigências legais e regulamentares concernentes a essa cotação eletrônica.

[redacted]
Ordenador de Despesas da 16ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. nº 04

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

Ao décimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Tefé-AM, no quartel da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, faço a justificativa dos trabalhos atinentes à aquisição de materiais permanentes pela seguinte motivação: Substituir materiais inservíveis para o uso da Banda de Música, devido ao se desgaste natural ocasionado pelo uso contínuo e exposição ao tempo, o que leva tais peças à perda de características físicas essenciais a uma boa qualidade sonora exigida nas diversas atividades musicais realizadas no âmbito da OM e junto à sociedade civil tefeense.

16ª Brigada de Infantaria de Selva. O processo de contratação se dará através de dispensa de licitação, conforme o art. 75, inc. II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

A aquisição de materiais por dispensa de licitação está prevista na lei 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos no Brasil. O Art 75, Inciso II dessa lei permite a contratação de bens e serviços de valor de até R$100.000,00 para obras e serviços de engenharia e até R$50.000,00 para outros serviços e compras, desde que tais contratações sejam realizadas com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Cabe salientar que esta UG não possui ata de pregão vigente e não tem participação em ata de pregão de outra UG, além do processo em pauta se tratar de contratação de serviços específicos e de grande importância para atender as necessidades deste Grande Comando.

Cabe salientar que esta UG não possui ata de pregão vigente e não tem participação em ata de pregão de outra UG, além do processo em pauta se tratar de aquisição de material específico para a manutenção e continuidade dos serviços supramencionados.

Tefé, AM, 14 de agosto de 2024.

Fl. nº 05

[redacted]º Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 06

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
BRIGADA DAS MISSÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Conforme – IN Nr 40/ SEGES/ME, 22 maio 20)

1. Necessidade da contratação

A Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva possui uma rotina de apresentações intensa, o que faz necessário que os instrumentos estejam em Boas condições de uso o que por depreciação natural e pelo uso diário temos instrumentos de Percussão que necessitam de reposição, isto tudo tendo em vista a boa e harmoniosa sonoridade desta Banda de Música. Deste modo, é fundamental que o Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva adquira, os materiais já listados visando a boa marcha das apresentações externas para a comunidade Tefeense assim como atividades internas ao aquartelamento elevando a Moral da Tropa com suas Canções, Marchas, Dobrados e Hinos. É importante considerar que a Banda de Música realiza ainda apresentações nas Escolas e em Comunidades Indígenas, por ocasião dos ACISOS sendo uma das principais ferramentas de Comunicação Social. Tal situação reforça a necessidade da contratação do material em questão.

2. Requisitos necessários para a escolha da solução

Manifestação de interesse em participação para aquisição de material permanente para a Banda de Música.

3. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado foi realizado com fornecedores interestaduais, uma vez que os materiais não são encontrados na região de Tefé-AM, cabe salientar que materiais da área musical para entrega dos materiais na cidade de Tefé-AM são bastante caros.

Salienta-se que esta UG tentou adquirir o material através de participação extraordinária (carona) em pregões de outras UGs, contudo não foi possível encontrar o

material capaz de atender a destinação fim específica, considerando as peculiaridades do material a ser adquirida.

4. Descrição da solução

Para que se alcance todos os efeitos desejados, a contratação dos serviços seguirá o levantamento e escolha da solução deste Órgão Gerenciador, haja vista que os serviços aqui solicitados serão contratados nas condições exigidas neste processo.

5. Estimativa das Quantidades com a memória de cálculo

As quantidades foram estimadas através de metodologia de levantamento da necessidade exata, assim as quantidades que irão compor o Termo de Referência serão objetivas, com intuito de atender fielmente as necessidades da Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva.

6. Estimativa do Valor da Contratação

Os valores de referência apresentados neste processo foram oriundos dos preços unitários referenciais de cada pesquisa de preço, realizadas no mercado interestadual e tendo como valor estimado o menor preço encontrado neste estado, conforme consta em documento apensado neste processo.

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica no processo em questão.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. Alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, pois contribuirá para o desenvolvimento de sua missão já citada neste ETP, tendo em vista a necessidade da contratação dos materiais elencados neste processo.

Fl. nº 08

10. Resultados Pretendidos

Com a aquisição dos itens elencados no presente processo, este Setor visa a manutenção da qualidade musical de uma banda que é referência em todo o estado, melhoria das condições de trabalho dos militares que executam esses instrumentos e preservação da imagem do exército, uma vez que a Banda de Música cumpre a maior parte de suas missões junto ao público externo.

11. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato

O licitante vencedor deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 14.133/21, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7° da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6° da Instrução Normativa MPOG n°01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

13. Declaração de Viabilidade

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7° da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, declara-se **viável** a contratação da solução pretendida.

Tefé AM, 10 de agosto de 2024.

[redacted] ° Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 09

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, por satisfazer os requisitos atinentes ao objeto solicitado na formalização de demanda, bem como por atender as exigências legais e regulamentares concernentes a essa cotação eletrônica.

[redacted]

Ordenador de Despesas da 16ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. nº 10

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64371.000640/2024-60

De acordo com o que determina o Inc II, art. 14 do Dec. nº 10.024/19, **aprovo** o Estudo Técnico Preliminar exarado no dia 10 de agosto de 2024, NUP: 64371.000640/2024-60 visando a aquisição de material permanente para a Banda de Música, visando atender as necessidades da 16ª Bda Inf Sl;

1. Autorizo a continuidade dos procedimentos licitatórios e determino abertura do processo correspondente;

2. A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos tome às providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

Tefé AM, 14 de agosto de 2024.

[redacted]

Ordenador de Despesas da 16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 11

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

ANÁLISE DE RISCOS

Processo nº: 64371.000640/2024-60

Dispensa de Licitação nº: ___/2024

1ª Fase (interna) Planejamento da Contratação							
Risco	**Probabilidade**			**Impacto**			**Dano**
	Baixa	**Média**	**Alta**	**Baixa**	**Média**	**Alta**	
a) Documento Oficial de Demanda (DOD) mal elaborado	X				X		Devolução do DOD ao Setor demandante e atraso na contratação
b) Planejamento da Contratação ineficiente	X					X	Confecção do Termo de referência ineficiente
c) Termo de referência ineficiente	X					X	Elaboração do Edital ineficiente
d) Contratação fora do prazo		X			X		Vai causar um transtorno maior ao Setor demandante

Risco	**Ação Preventiva**	**Responsável**	**Ação Corretiva**	**Responsável**
a) Documento Oficial de Demanda (DOD) mal elaborado	Evitar especificações que por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador de serviço específico.	Setor Demandante	Analisar e se for o caso a devolução do DOD ao Setor demandante para ajustes.	Seção de Licitações e Contratos
b) Planejamento da Contratação ineficiente	Analisar o processo anterior se houver (Parecer Jurídico e Impugnação / Recurso). Consultar processos semelhantes	Equipe de Planejamento	Não aprovação do Planejamento e posterior devolução para ajustes.	Seção de Licitações e Contratos

	no portal de compras governamentais utilizando o código do serviço			Fl. nº 12
c) Termo de referência ineficiente	Analisar os dados do Planejamento da Contratação aprovado e utilizar o modelo da AGU (anexando no processo)	Equipe de Planejamento	Não aprovação do Termo de referência e posterior devolução para ajustes	Ordenador de Despesas / Autoridade Competente
d) Contratação fora do prazo	Realizar o pedido da demanda com prazo razoável	Setor Demandante	Acompanhamento dos Gestores Responsáveis alertando sobre o prazo	Ordenador de Despesas / Setor Administrativo e SALC

2ª Fase (externa) Seleção do Fornecedor							
Risco	**Probabilidade**			**Impacto**			**Dano**
	Baixa	**Média**	**Alta**	**Baixa**	**Média**	**Alta**	
a) Impugnação do Edital	X				X		Atraso do processo com a republicação do Edital
b) Recurso das Empresas	X				X		Atraso no processo de Seleção da proposta
c) Revogação da Tomada de Preço	X					X	Gastos de tempo e recursos sem a contratação pretendida
d) Processo de Contratação deserto (sem empresas interessadas)			X			X	Gastos de tempo e recursos sem a contratação pretendida

Risco	**Ação Preventiva**	**Responsável**	**Ação Corretiva**	**Responsável**
a) Impugnação do Edital.	Atentar para as legislações vigentes referentes ao objeto e submeter a AGU	Setor Demandante e/ou Equipe de Planejamento/SALC	Analisar a impugnação e responder ou corrigir se for o caso	Comissão Permanente de Licitações
b) Recurso das Empresas.	Seguir as regras do Edital	Comissão Permanente de Licitações	Analisar e aceitar o recurso se for o caso	Comissão Permanente de Licitações

c) Revogação da Tomada de Preço	Sempre cumprir as regras definidas no Edital devidamente aprovado pela AGU/CE,	Comissão Permanente de Licitações	Analisar os procedimentos realizado pelo Pregoeiro durante a Sessão Pública e revogar, se for o caso.	SALC / Ordenador de Despesas
d) Processo de Contratação deserto (sem empresas interessadas)	Atentar para a descrição do item e o valor de referência e dar a ampla publicidade no Diário Oficial da União	Comissão Permanente de Licitações	Conferir as respectivas descrições, valores e publicações	SALC

3ª Fase (Gestão contratual)							
Risco	**Probabilidade**			**Impacto**			**Dano**
	Baixa	**Média**	**Alta**	**Baixa**	**Média**	**Alta**	
a) Atrasos no início dos serviços pela contratada		X				X	Danos Administrativos e Operacionais
b) Inexecução parcial dos serviços pela contratada		X				X	Danos Administrativos e Operacionais
c) Abandono do contrato pela empresa		X				X	Danos Administrativos e Operacionais.

Risco	**Ação Preventiva**	**Responsável**	**Ação Corretiva**	**Responsável**
a) Atrasos no início dos serviços pela contratada	Assinar o Contrato cumprindo o prazo revisto no Edital e seus anexos e Sempre manter contato com o Preposto da Empresa alertando quanto ao prazo de início da prestação dos	SALC	Notificar oficialmente a empresa caso não inicie os serviços conforme prazo definido no Edital e seus anexos.	Equipe de Fiscalização do Contrato

	serviços após assinatura do contrato.			Fl. nº 14

Quartel em Tefé-AM, 10 de agosto de 2024.

[redacted] 1º Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 13

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

MAPA COMPARATIVO DE ORÇAMENTOS

Em cumprimento ao que prescreve o Art. 18 da Lei 14.133/21, o Art. 25, inciso IV, da Portaria Ministerial Nr 305, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02), e ainda, conforme a IN nº 65-SEGES/ME, de 07 de julho 2021, declaro, sob as penas da lei, que foi realizada a pesquisa de preços em locais especializados.

ORD	CATMAT OU CATSER	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	Unidade Medida	Quantidade		FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	FORNECEDOR 4	Médio Unitário Estimado	Valor Total Estimado
				Mín	Máx	Médio Unitário					
1	25122	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	Par	1	1	1700,00	900,00	707,60	1054,63	1090,56	1090,56
2	24075	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	Unidade	1	3	650,00	882,00	734,97	729,90	749,22	2247,65
TOTAL											R$ 3.338,21

1 Forneced LOJA CARNEIRO INSTRUMENTOS MUSICAIS
2 Forneced PAINEL DE PREÇOS
3 Forneced PESQUISA SITES ESPECCIALIZADOS
4 Forneced ATAS DE PREGÕES

Tefé - AM, 15 de agosto de 2024.

[redacted]
Responsável pela Pesquisa de Preços

Fl. nº 16

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

(1º Gpt Fron/1971)

"BRIGADA DAS MISSÕES

RELATÓRIO DA ANALISE CRITICA DA PESQUISA DE PREÇOS

Processo nº: **64371.000640/2024-60**

Dispensa de Licitação nº: **___/2024**

"INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento

que conterá, no mínimo:

I - Descrição do objeto a ser contratado:

II - Identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa

ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - Série de preços coletados:

V - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado:

VI - Justificativas para a metodologia utilizada, em especial paro a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis,

ou excessivamente elevados, se aplicável:

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que

lhe dão suporte; e

VIII - Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art- 5º.

Fl. nº 17

I - Descrição dos objetos a serem contratados:

Itens referentes a Banda de Música, Bombo e Pratos (materiais permanentes) já discriminados anteriormente.

II - Identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe deplanejamento:

1º Sgt João Fernando

III - Caracterizaçáo das fontes consultadas:

foi utilizado a ferramenta do Painel de Preços do Governo Federal e pesquisa de dados publicados em mídia especializada, conforme preconiza os incisos I, II e III do Art. 5º da IN 73, de 7 de julho de 2021, sendo adotado a média aritmética como preço de referência.

Esses métodos foram utilizados a fim de obter êxito no recebimento de propostas para todas as necessidades deste processo, colaborando para a máxima difusão da informação com vistas a ampliar a participação das empresas por todo território Nacional. Nesse cenário, será possível proporcionar uma maior competitividade e, consequentemente, a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os cálculos dos valores estão corretos e de acordo com as metodologias recomendadas. Analisei criteriosamente os preços cotados a partir de ampla pesquisa de mercado. As especificações técnicas dos itens estão alinhadas às necessidades da Unidade e não há indicações de marca injustificadas ou características que possam frustrar a competitividade do certame ou até mesmo favorecer a contratação de prestador específico.

Por fim, a metodologia de estimativa de preço adotada segue de forma irrestrita o constante da IN 65, de 7 de julho de 2021, legislação atinente ao tema.

IV - Série de preços coletados:

Conforme pesquisas de mercado em anexo e Mapa Comparativo de Preços. Como o preço dos itens a serem adquiridos.

V - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado:

O valor estimado foi calculado através da média aritmética dos três valores pesquisados para cada item e o valor da pesquisa final pelo menor valor obtido na pesquisa de preços.

VI - Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis, ou excessivamente elevados, se aplicável:

Nas pesquisas de mercado realizadas. buscou-se atender aos parâmetros do art. 5o da INSTRUÇAO NORMATIVA SEGES /ME N" 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, utilizando-se da pesquisa de painel de preços e de pesquisas realizadas através da Internet. Para

Fl. nº 18

desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados. foram excluídas as pesquisas com valores demasiadamente elevados ou baixos.

VII - Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:

Conforme pesquisas de mercado em anexo e Mapa Comparativo de Preços.

VIII - Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º:

Foi realizado consulta no Portal de Preços, com sucesso, no entanto os preços consultados são de aquisições realizadas por órgãos das Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste em sua grande maioria o que não reflete a nossa realidade pois o frete será muito maior que o praticado para essas regiões.

Por fim houve necessidade de ser feita uma pesquisa com fornecedores já incluindo o frete para nossa sede, ou seja, o preço é o que mais reflete a realidade do mercado com o frete incluso.

Quartel em Tefé-AM, 16 de agosto de 2024.

[redacted]

Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 19

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"
Estrada do [redacted]0

Ofício Nº 2- BM/Cmdo 16ª Bda Inf Sl
EB: **64371.000640/2024-60**

Tefé/AM, 14 de agosto de 2024.

Ao Sr. Responsável
Da Empresa CARNEIRO INSTRUMENTOS MUSICAIS
CNPJ: [redacted]
Endereço: Av. Jeronimo Monteiro Nº1310
Vila Velha – Espírito Santo – CEP: [redacted]

Assunto: Solicitação de Orçamento.

Prezado(a) Senhor(a),

1. Venho por meio deste solicitar orçamento, para fins licitatórios, dos itens, conforme tabela em anexo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT	TOTAL
1	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	25122	PAR	1		
2	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	24075	Unidade	3		

2. Solicito que o orçamento seja concedido em papel timbrado da empresa, contendo o CNPJ e assinatura do responsável.

Respeitosamente,

gov.br Doc [redacted] JOA Data Verif

JOÃO F[redacted]HADO – 1º SGT
Membro da comissão de Licitações da Banda de Música da 16º Bgda Inf Sl

Fl. nº 90

carneiro
instrumentos musicais

ORÇAMENTO

Data	14/8/2024
Vendedor	
Celular	
E-mail	

Cliente	
ENPRESA:	16º Brigada de Infantaria de Selva
E-mail:	
NOME:	
Telefone:	

Validade da proposta				Data de Entrega
10 DIAS				

Cód Prod.	Descrição	UN	Qtde	Preço Unit		Total
016479	Palheta Clarinete Nº 2,5 Marca Vandoren Modelo V12	UN	30	59,00	R$	1.770,00
015714	Palheta Clarinete Nº 3 Marca Vandoren Modelo V12	UN	60	59,00	R$	3.540,00
016480	Palheta Clarinete Nº 3,5 Marca Vandoren Modelo Tradicional	UN	20	69,00	R$	1.380,00
014675	Palheta Sax Tenor Nº 2,5 Marca Vandoren Modelo Java	UN	30	95,00	R$	2.850,00
007004	Palheta Sax Tenor Nº 3 Marca Vandoren Modelo Java	UN	30	95,00	R$	2.850,00
005863	Palheta Sax Alto Nº 2,5 Marca Vandoren Modelo Java	UN	30	61,00	R$	1.830,00
005864	Palheta Sax Alto Nº 3 Marca Vandoren Modelo Java	UN	30	61,00	R$	1.830,00
003262	Palheta Sax Tenor Nº 2,5 Marca Vandoren Modelo Tradicional	UN	30	95,00	R$	2.850,00
017823	PALHETAS SAX BARÍTONO Nº 3 MARCA VANDOREN MODELO TRADICIONA	UN	40	110,00	R$	4.400,00
016481	Baqueta de feltro para Bombo Marca Liverpool Modelo MCSO	UN	10	99,00	R$	990,00
015702	Par de baquetas Marca ProMark Modelo SA	PAR	20	188,00	R$	3.760,00
009037	LUBRIFICANTE YAMAHA VALV REGUL	UN	10	169,00	R$	1.690,00
005348	MORDEDOR IZZO VANDOREN P/BQ TR	UN	30	45,00	R$	1.350,00
017653	LUBRIFICANTE YAMAHA TROMB 30ML	KIT	20	145,00	R$	2.900,00
015564	PELE HIDRÁULICA PARA BOMBO 22" COM ARO DE ALUMÍNIO LEITOSA 22 LUEN	UN	30	65,00	R$	1.950,00
028993	PELE DE BATEDEIRA PARA CAIXA, MODELO POROSA, TAMANHO 14" LUEN DP COATED	UN	20	98,00	R$	1.960,00
029892	PELE DE RESPOSTA PARA CAIXA, MODELO RESPOSTA LISA, TAMANHO 14" LUEN	UN	20	52,00	R$	1.040,00
030219	ESTEIRA PARA CAIXA DE 14" COM 30 FIOS DE AÇO LUEN	UN	50	36,00	R$	1.800,00
014610	TALABARTE DE NYLON PARA BOMBO (Preto) COM 2 GANCHOS	UN	30	55,00	R$	1.650,00
014609	TALABARTE DE NYLON PARA CAIXA (Preto) COM 1 GANCHO	UN	30	55,00	R$	1.650,00
000122	Encordoamento p/ Baixo 5 cordas 0,45 DADDARIO EXL220-5	UN	2	330,00	R$	660,00
025122	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze ZEUS CITYBAND .ZMB16	PAR	1	1.700,00	R$	1.700,00
024075	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	UN	3	650,00	R$	1.950,00
					R$	-
					R$	-

Observações		
	Valor Total Produtos	48.350,00
	Desconto	
	Mão de obra	-
	Outras Despesas(frete)	-
	Valor Total	*48.350,00*

Aprovado por		Data

Carneiro Instrumentos Musicais – Centro de Vila Velha – 29.100-410
Av. Jerônimo [redacted] eiromusic.com.br
[redacted] CARNEIRO VILA VELHA LTDA

Renan Gustavo
[redacted]

CARNEIRO VILA VELHA LTDA
AV. JERONIMO MONTEIRO, Nº 1310
CENTRO - CEP: 29.100-410
VILA VELHA - ES

Digitalizado com CamScanner

FOTOS

Fl. nº 21



Pratos Fanfarra 16" em Latão Orion Opus Marching

R$ (BRL) 615,00

R$ 584,25 a vista com desconto
ou 4x de R$ 153,75 sem Tarifa

Quantidade:

1 COMPRAR +

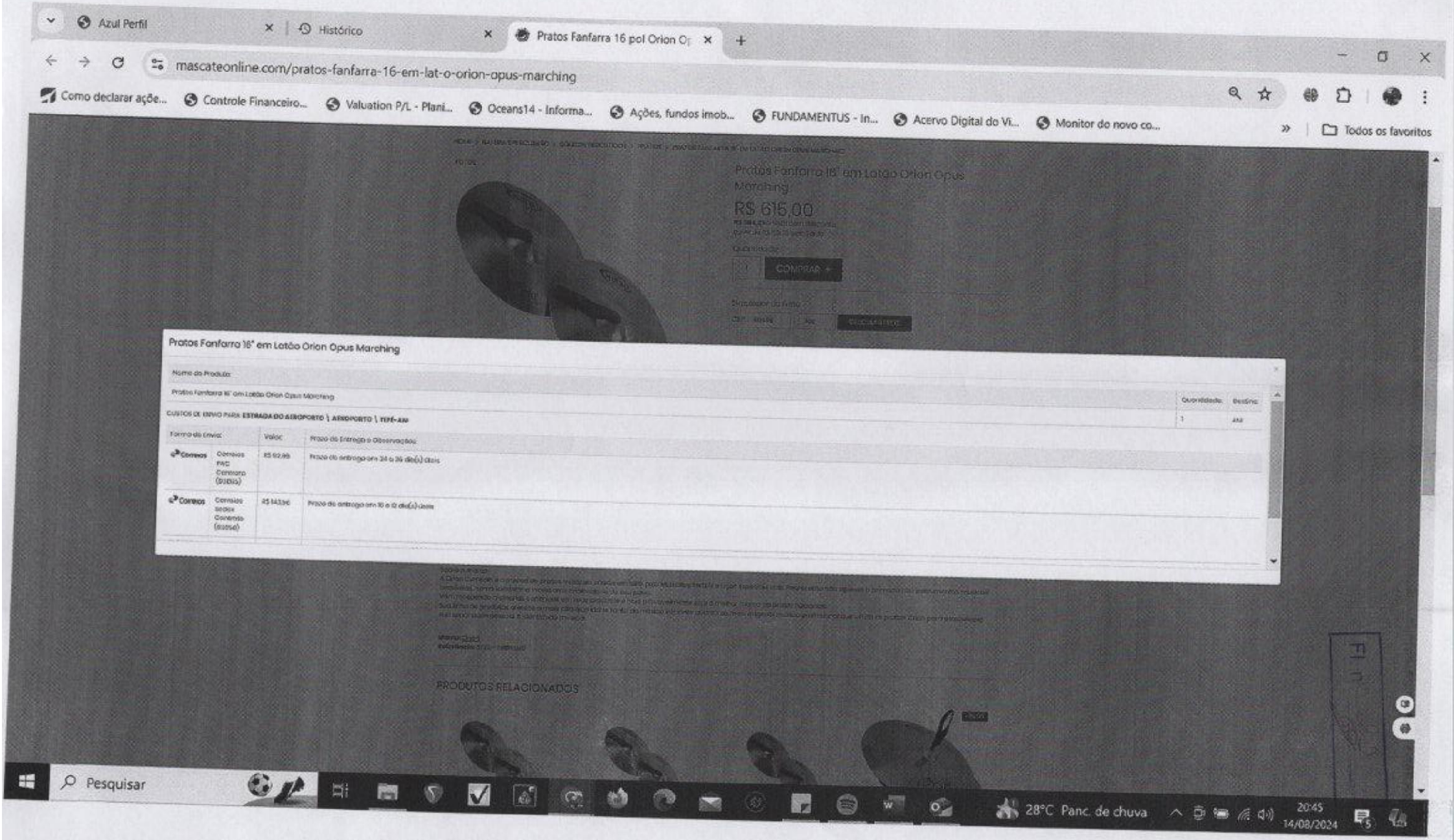
Simulador de Frete

CEP: -

CALCULAR FRETE (HTTPS://WWW.MASCATEONLINE.COM/PRATOS-FANFARRA-16-EM-LAT-O-ORION-OPUS-MARCI

DESCRIÇÃO GERAL (HTTPS://WWW.MASCATEONLINE.COM/PRATOS-FANFARRA-16-EM-LAT-O-ORION-OPUS-MARCHING#ACCESSIBLETABSCONTENT0-0)

CARACTERÍSTICAS (HTTPS://WWW.MASCATEONLINE.COM/PRATOS-FANFARRA-16-EM-LAT-O-ORION-OPUS-MARCHING#ACCESSIBLETABSCONTENT0-1)


Azul Perfil
Histórico
Pratos Fanfarra 16 pol Orion O
mascateonline.com/pratos-fanfarra-16-em-lat-o-orion-opus-marching
Como declarar ação...
Controle Financeiro...
Valuation P/L - Plani...
Oceans14 - Informa...
Ações, fundos imob...
FUNDAMENTUS - In...
Acervo Digital do Vi...
Monitor do novo co...
Todos os favoritos
Pratos Fanfarra 16" em Latão Orion Opus Marching
R$ 615,00
COMPRAR
Pratos Fanfarra 16" em Latão Orion Opus Marching
Nome do Produto
Pratos Fanfarra 16" em Latão Orion Opus Marching
Quantidade
Destino
1
Anil
CUSTOS DE ENVIO PARA: ESTRADA DO AEROPORTO \ AEROPORTO \ TEFÉ-AM
Forma de Envio
Valor
Prazo de Entrega e Observações
Correios
Correios PAC Convenio (51010)
R$ 62,99
Prazo de entrega em 24 a 26 dia(s) úteis
Correios
Correios Sedex Convenio (51054)
R$ 143,96
Prazo de entrega em 10 a 12 dia(s) úteis
PRODUTOS RELACIONADOS
Pesquisar
28°C Panc. de chuva
20:45
14/08/2024

Azul Perfil | Histórico | Pratos Fanfarra 16 pol Orion C | Bumbo 22"polegadas alumínio

miyatamusic.com.br/bumbo-phx-m-music-22-x-30-alum-nio-liso-10-afina-es-343abls

Como declarar ação... | Controle Financeiro... | Valuation P/L - Plani... | Oceans14 - Informa... | Ações, fundos imob... | FUNDAMENTUS - In... | Acervo Digital do Vi... | Monitor do novo co... | Todos os favoritos

Desde 2010 - Referência na venda de instrumentos musicais pela internet!

Luthier (11) 97103-0724 (11) 2374-4010

Digite aqui o que procura... BUSCAR

Fale Conosco | Entrar | Cadastrar

Início » Percussão » Coco



Compartilhar

Bumbo 22"polegadas alumínio 10 afinações 343ABLS profissional M Music

Código: 7791460921631
Marca: PHX

R$ 736,00
até 12x de R$ 61,33 sem juros
ou R$ 662,40 via Pix

1 COMPRAR

Parcelas

1x de R$ 736,00 sem juros	7x de R$ 105,14 sem juros
2x de R$ 368,00 sem juros	8x de R$ 92,00 sem juros
3x de R$ 245,33 sem juros	9x de R$ 81,77 sem juros
4x de R$ 184,00 sem juros	10x de R$ 73,60 sem juros
5x de R$ 147,20 sem juros	11x de R$ 66,90 sem juros
6x de R$ 122,66 sem juros	12x de R$ 61,33 sem juros

pix R$ 662,40

CALCULE O FRETE 69555-300 Não sei meu CEP

R$ 0,00	2 dias úteis	Retirar na loja
R$ 72,57	33 dias úteis	Correios PAC
R$ 83,20	33 dias úteis	PAC

Fl. nº 25

Pesquisar

28°C Panc. de chuva 20:48 14/08/2024

Fl. nº 24





Bumbo 22"polegadas alumínio 10 afinações 343ABLS profissional M Music

Código: 7791460921631

Marca: PHX (https://www.miyatamusic.com.br/marca/phx.html)

(0)

R$ 736,00

até **12x** de **R$ 61,33** sem juros

ou **R$ 662,40** via Pix

- 1 +

COMPRAR (HTTPS://WWW.MIYATAMUSIC.COM.BR/CARRINHO/PRODUTO/26173771

Parcelas

1x de R$ 736,00 sem juros	7x de R$ 105,14 sem juros
2x de R$ 368,00 sem juros	8x de R$ 92,00 sem juros
3x de R$ 245,33 sem juros	9x de R$ 81,77 sem juros
4x de R$ 184,00 sem juros	10x de R$ 73,60 sem juros
5x de R$ 147,20 sem juros	11x de R$ 66,90 sem juros
6x de R$ 122,66 sem juros	12x de R$ 61,33 sem juros

pix R$ 662,40

CONSULTA RESULTADO DE LICITAÇÃO

Fl. nº 25

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO
Uasg: 160477 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Modalidade: 05 - Pregão
Número da Licitação: 3/2023 **Situação:** INFORMADO

[redacted]MERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
Item da Licitação: 00020 **Cod. do Conjunto Material:** 460874
Identificação Conjunto Material: INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO
Descrição Detalhada do Material: 004INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO, TIPO BOMBO, MATERIAL ALUMÍNIO, COMPONENTES COM TALABARTE, TAMANHO 22" X 30 CM
Quantidade: 4
Unidade: Unidade
Preço Unitário: 729,90 **Valor Total: 0,00**

Início Voltar

Fl. nº 96

CONSULTA RESULTADO DE LICITAÇÃO

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO
Uasg: 160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA
Modalidade: 05 - Pregão
Número da Licitação: 11/2023 **Situação:** INFORMADO

[redacted]

Item da Licitação: 00004 **Cod. do Conjunto Material:** 391011
Identificação Conjunto Material: INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO
Descrição Detalhada do Material: 001INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO, TIPO PRATO, MATERIAL BRONZE, COMPONENTES 2 PRATOS, TAMANHO 14 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MODELO: ZILTANNAN
Quantidade: 1

Unidade: Jogo
Preço Unitário: 1.054,63 **Valor Total: 0,00**

Início Voltar

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 729,90	**R$ 729,90**	**R$ 729,90**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Descrição Complementar	UF	Modalidade da Compra
460874	**INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO\, TIPO BOMBO\, MATERIAL ALUMÍNIO\, COMPONENTES COM TALABARTE\, TAMANHO 22" X 30 CM**	**ES, RJ, MG, SP**	**Pregão**

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00003/2023	00020	Pregão	460874	INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO		UNIDADE	4	R$729,90	CLAVES E NOTAS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160477 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	18/12/2023

Fl. nº 27

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 900,00	**R$ 900,00**	**R$ 900**

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Descrição Complementar	Modalidade da Compra
391011	**INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO\, TIPO PRATO\, MATERIAL BRONZE\, COMPONENTES 2 PRATOS\, TAMANHO 14 POL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MODELO: ZILTANNAN**	**Pregão**

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00026/2023	00012	Pregão	391011	INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO		UNIDADE	30	R$900	K L DE OLIVEIRA FARIAS LTDA	ESTADO DO PARA	980495 - PREF.MUN.DE MONTE ALEGRE	14/08/2023

Fl. nº 88

Relatório gerado dia: 13/08/2024 às 21:20
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

Fl. nº 29

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO:

1.1. O Comando da 16º Brigada de Infantaria de Selva almeja adquirir Materiais Permanentes, visando atender as necessidades da Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UND MEDIDA	QNT	PREÇO MÁXIMO	Valor Unt	PRAZO DE ENTREGA
1	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	25122	PAR	1	1090,56	1090,56	90 dias
2	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	24075	Unidade	3	2247,65	749,22	90 dias
TOTAL							R 3.338,21

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho pela contratada, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

1.4. O custo total máximo estimado da contratação é de R$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021):

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Fl. nº 30

4.1.1.1.1. Que as embalagens e produtos dos materiais utilizados neste processo, no todo ou em parte, sejam utilizados produtos atóxico e biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.1.2. Que os materiais utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.2.1. Na presente contratação não há indicação de marca ou modelo.

4.1.3. Da exigência de amostra:

4.1.3.1. Não será exigido apresentação de amostra, ficando a contratada obrigada a entregar o material nas condições exigidas neste instrumento.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço de execução imediata.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho pela contratada, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, Avenida Estrada do Aeroporto, nº 4.174, Tefé-AM, CEP: 69.555-300.

5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 8 (oito) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Fl. nº 31

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021):

6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21):

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Fl. nº 32

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):

8.1. A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inc. II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Fl. nº 33

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/U[redacted] 6ª Bda Inf Sl
Fonte de
Programa
Elemento
Plano Int

Tefé-AM, 21 de agosto de 2024.

[redacted]EN
Resp. Cmdo Cia C da 16ª Bda Inf Sl

[redacted] – TC
Ordenador de Despesas do Cmdo 16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 34

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1° Gpt Fron/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

Tefé-AM, 15 de agosto de 2024.

Do Chefe da S4 da Cia C/16ª Bda Inf Sl
Ao Sr Fiscal Administrativo da 16ª Bda Inf Sl
Assunto: Aquisição de material
Ref.: Art 18 da Lei 14.133/2021.

Nos termos do contido no Art 13 e 29- IG 12-02, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a aquisição do material abaixo especificado, destinado a atender as

DISPENSA DE LICITAÇÃO						
Item	**Descrição**	**CÓDIGO Mat**	**Und Forn**	**Qnt**	**Valor Unitário**	**Valor Global**
1	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	25122	Par	1	1700,00	1700,00
2	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	24075	Unidade	3	650,00	1950,00
Total da Requisitória						**R$ 3.650,00**

[redacted] **Ten**
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl

[redacted] **TC**
Fiscal Administrativo 16ª BDA INF SL

Fl. nº 35

Despacho do OD:

1. Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino abertura do processo correspondente.

2. A SALC/ o Encarregado do Setor de Material adotem as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

3. Para fins do art. 75, da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, empregar os recursos destinados para esta finalidade.

[redacted]TC
Ordenador de Despesas da 16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 36

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"
SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº ...../2024
(Processo Administrativo n.º 64371.000640/2024-60)

Torna-se público que Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva – UG 160537, por meio da Seção de Aquisições Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão:
Link:
Horário da Fase de Lances: _____ às _____horas.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1.1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para adquirir Materiais de Consumo, visando atender as necessidades da Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação do serviço será conforme tabela constante abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO	LOCAL DE EXECUÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
	1	Pratos (Par) para Banda Par de Prato 16"Bronze Marching Band.	25122 460873	PAR	1	R$ 1700,00	Setor de Material da 16ª Bda Inf Sl	90 dias

	2	Bombo Marcial de 22". Equivalente a IZZO	24075 460878	Unidade	3	R$ 1950,00	Setor de Material da 16ª Bda Inf Sl	90 dias

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico ....

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a ..... (.....) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias prorrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços,

sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.13.3. ANEXO III – Planilha de Custos e Formação de Preços;

Tefé-AM, 14 de agosto de 2024.

[redacted] **TEN**
Resp. Cmdo Cia C da 16ª Bda Inf Sl

[redacted] **TC**
Ordenador de Despesas do Cmdo 16ª Bda Inf Sl

Fl. nº 30

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.8 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipais, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.9 prova de regularidade com a Fazenda Municipal sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.10 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Fl. nº 52

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Front/1971)
"BRIGADA DAS MISSÕES"

SETOR DE MATERIAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Tefé-AM, no quartel da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, encerro os trabalhos atinentes à aquisição de Pratos e Bombos, visando atender as necessidades a Banda de Música da 16ª Brigada de Infantaria de Selva.

R[redacted] Ten
Regente da Banda de Música da Cia C/16ª Bda Inf Sl